



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA TERRA, AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL
DIRECÇÃO NACIONAL DE TERRAS.

Documento	Relatório Anual do Programa GesTerra referente ao periodo de Janeiro a Dezembro de 2017.
Versão	FINAL
Data	29 de Junho de 2018
Consolidação	Director da DINAT
	Chefe da Repartição de Monitoria e Avaliação
Revisão	Repartição de Apoio Geral – DINAT
	Departamento de Cadastro e Informação sobre Terras – DINAT
	Departamento de Georeferenciação e Titulação de Terras – DINAT
	Departamento de Sistemas de Informação – DINAT
	Assistência Técnica para a Gestão e Administração de Terras
	Assistência Técnica para a Gestão e Finanças Públicas.
Aprovado	

Versão Final– Junho de 2018

Lista de siglas e abreviações

AT	Assistência Técnica
CAP	Comité de Aconselhamento do Programa
CENACARTA	Centro Nacional de Cartografia e Teledetecção
CP	Comité do Programa
DINAT	Direcção Nacional de Terras
DINOTER	Direcção Nacional de Ordenamento Territorial
DNTF	Direcção Nacional de Terras e Florestas
DPASA	Direcção Provincial de Agricultura
DPTADER	Direcção Provincial da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
DUAT	Direito de Uso de Aproveitamento da Terra
EXI	Engenharia e Comercialização de Sistemas Informáticos
FAO	Fundo das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FCT	Fórum de Consulta sobre Terras
GesTerra	Programa de Capacitação Institucional em Gestão e Administração de Terras
GRFCT	Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras
INTIC	Instituto Nacional das Tecnologias de Informação e Comunicação
LGAF	Quadro de Avaliação da Governação da Terra
RDUAT	Regularização das ocupações de terras
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e da Função Pública
MITADER	Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural
SWOT	Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças
PDUT	Planos Distritais de Uso da Terra
PES	Plano Económico e Social
PO15	Plano Operacional de 2015
SP	Secretária (o) Permanente
SPGC	Serviço Provincial de Geografia e Cadastro
SDAE	Serviço Distrital de Actividades Económicas
SDPI	Serviço Distrital de Planeamento e infra-estruturas
TDM	Telecomunicações de Moçambique
ToR	Termos de Referência

UGEA Unidade de Gestão das Aquisições do Estado
VA Verde Azul

Índice

Lista de siglas e abreviações	2
Lista de Tabelas.....	5
Lista de Figuras	5
Introdução.....	6
Ponto de situação da implementação das actividades do POG 2017.	9
Resultado 1: Incremento da Capacidade Institucional.	9
Resultado 2 : Optimização dos procedimentos de administração de terras.	17
3- Operacionalização do SiGIT.....	26
3.1 - Desenho do Plano Director do SiGIT	27
3.1.1- Implementação do Plano Director	27
3.1.2- Plano Director apreciado pelo Colectivo de Direcção (CD)	27
3.1.3- Apresentação do plano director ao Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras (GRFCT)	27
3.2 - Operacionalização do SiGIT na DINAT e SPGCs	27
3.3 – Monitoria da Operacionalização do SiGIT	32
4: FCT como plataforma de agenda e monitoria de políticas sobre a terra.....	33
4.1 - Apoio à implementação de metodologias melhoradas e de procedimentos de operacionalização para o funcionamento do Fórum de Consulta sobre Terras (FCT)....	33
4.2- Apoio ao desenvolvimento e implementação de uma agenda de consenso sobre as actividades do Grupo de Reflexão do FCT (GRFCT).....	34
4.3- Organização do repositório da documentação do FCT.....	35
5: Maior sinergia entre processos de administração.....	35
6 - Mulheres, Comunidades e Pessoas Vulneráveis com Direitos sobre a Terra.	37
6.1.- Adopção e disseminação do guião da estratégia de género na administração de terras.	37
7- Monitoria, Avaliação e Reflexão sobre Questões de Terras.....	38
7.1- Capacitação institucional em planificação da DINAT e SPGC.....	38
7.2- Operacionalização da Repartição de Comunicação	40
7.3 - Monitorar o desempenho Global da Administração de Terras	41
8: Sustentabilidade do Sistema de Administração de Terras	43
8.1 Implementação das recomendações do Estudo sobre os mecanismos de colecta de taxas	43

Lista de Tabelas

Tabela 1: Actividades e subactividades do PGO 2017

Tabela 2: Sensibilização e divulgação da legislação sobre terras

Tabela 3: Principais constatações de monitorias

Tabela 4: Registo de processos de RDUAT no SiGIT, desagregado por género

Lista de Figuras

Figura 1: Retiro de harmonização de procedimentos da fiscalização

Figura 2: Entrega de títulos em Mocuba

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Títulos entregues por Distrito

Gráfico 2: Resultados do processo de registo sistemático de ocupações

Gráfico 3: Processos desagregados por género, inseridos no SiGIT

Gráfico 4: Total de registos no SiGIT (SPGCS e Municípios)

Gráfico 5: Processos migrados por provincia

Introdução

O presente relatório diz respeito às actividades implementadas pela DINAT no âmbito do Programa GesTerra no decurso do ano de 2017.

O GesTerra é um programa de capacitação institucional em administração e gestão de terras, implementado pela Direcção Nacional de Terras. Este é financiado pelos Governos de Moçambique com **6.044.064,00** USD (seis milhões e quarenta e quatro mil e sessenta e quatro Dólares Americanos), do Reino dos Países Baixos com 13.868.309,17 USD (treze milhões oitocentos e sessenta e oito mil, trezentos e nove Dólares Americanos e dezassete céntimos) e do Reino da Suécia, num montante de **7.000.000,00** (sete milhões de Dólares Americanos), totalizando o montante global de **26.912.373,17** USD.

O Gesterra vem sendo implementado desde Agosto de 2013, com o seu término previsto para Dezembro de 2017. O ano de 2017 constitui o quinto ano de implementação do programa tendo como referência o Plano Operacional de Actividades do GesTerra aprovado para 2017.

O Plano Operacional do programa da Capacitação em Gestão e Administração de Terras (GesTerra), referente a 2017, identifica as actividades prioritárias do sector de terras para o período em referência.

Contudo e cientes da necessidade de continuar a apoiar as actividades do projecto que em 2017 não seria possível a sua conclusão, bem como de novas acções introduzidas por recomendação da Missão de Avaliação de Meio-Termo do Projecto, a DINAT e os seus parceiros decidiram estender as actividades do projecto por mais um ano, de Janeiro a Dezembro de 2018.

Para o efeito foram assumidos como principais pressupostos a Adenda ao Acordo de Financiamento entre o Governo de Moçambique e o Governo do Reino dos Países Baixos, a Extensão dos contratos das empresas EXI e Verde Azul; e a realização da AT-GFP através de consultores individuais.

As prioridades constantes da presente proposta de plano operacional estão alinhadas com os principais vectores de intervenção, nomeadamente:

1. O reforço da capacidade de formular e monitorar a implementação de políticas de terras;
2. A consolidação da operacionalização e expansão do SiGIT;
3. O reforço dos direitos de posse de terra em harmonia com o processo de ordenamento territorial respeitando os aspectos de equidade do género e sustentabilidade;

4. O reforço do papel dos intervenientes-chave no sistema de administração de terras.

O POG para 2017 visa alcançar oito (8) resultados, a saber:

- Incremento da capacidade institucional;
- Optimização dos procedimentos de administração de terras;
- Operacionalização do SiGIT a nível nacional;
- FCT como plataforma de agenda e monitoria de políticas sobre a terra;
- Maior sinergia entre processos de administração e planeamento do uso da terra;
- Mulheres, comunidades e pessoas vulneráveis com direitos de terra;
- Monitoria, avaliação, reflexão e comunicação de questões sobre a terra;
- Sustentabilidade do sistema de administração de terras.

Para o alcance dos resultados acima mencionados, o PGO 2017 identificou ao todo, 18 actividades, desdobradas em 47 sub-actividades, distribuídas conforme a tabela seguinte.

Tabela 1: Actividades e subactividades do PGO 2017

Resultado	Actividades	Subactividades
1	4	11
2	2	8
3	3	10
4	3	7
5	1	3
6	1	2
7	3	5
8	1	1
Total	18	47

SUMARIO EXECUTIVO

O programa GesTerra no seu plano operacional para o ano 2017 preconizava levar a cabo 47 sub-actividades com vista a responder a 8 resultados estratégicos. Parte significativa foram implementadas integralmente com resultados que de forma clara contribuíram para o engajamento do sector de terras no processo de administração e gestão de terras.

Destaque vai para

Concepção do documento das “Prioridades do Sector de Terras, Estratégia de Capacitação”, no contexto da preparação do encontro com S.Excia MITADER e os parceiros de cooperação e doadores do MITADER, tendo posteriormente por recomendação do MITADER, participado nas sessões de trabalho do Grupo de Doadores do Sector de Terras para discussão do estágio de progresso do plano de acção da proposta de estratégia de capacitação do sector de terras.

Participação da DINAT na XVIII Conferência Anual de Terras e Pobreza, do Banco Mundial, que se realizou em Março de 2017, na qual a DINAT com 4 participantes figura como co-autora, e estiveram presentes um total de 15 participantes de Moçambique, provenientes dos mais variados sectores sócio-económicos e interesses, tendo sido apresentados 11 comunicações.

Realização da Iª reunião nacional de terras envolvendo cerca de 150 participantes, com enfoque para o sector privado e representantes da sociedade civil tendo levado para o debate os principais nós de estrangulamento que afectam o processo de gestão da terra, com destaque para o *regime juridico do DUAT*;

Realização da IX Sessão do Fórum de Consultas sobre Terras, na qual foi lançado o processo da revisão da Política Nacional de Terras bem como a revisão pontual da Lei de Terras, onde participaram cerca de 350 participantes.

Harmonização dos procedimentos tecnico-legais de fiscalização, com enfoque para a produção de instrumentos orientadores do processo, e apresentação dos resultados preliminares em seminários regionais.

Capacitação de 17 técnicos e estagiários da DINAT em tramitação processual via SiGIT e migração de dados para o SiGIT. Este acto veio a agregar valor no processo de tramitação acelerando a capacidade de resposta na administração e gestão de terras.

A missão do Banco Mundial à DINAT para aprofundar estudos (de caso) que possam orientar as intervenções do sector no quadro da administração e gestão de terras, assegurando deste modo a melhoria de qualidade de serviços prestados agregando valor as abordagens em curso promovendo mais o acesso e segurança da posse da terra a todos níveis.

Implementação e manutenção do SiGIT, ferramenta chave e crucial para a estratégia de gestão de informação geo-espacial e dos ocupantes da terra a ser registada, tendo em consideração os 3 níveis de implementação das actividades referidos anteriormente.

No domínio de segurança de posse de terra em harmonia com o processo de delimitação de terras das comunidades, registo e regularização dos direitos, e ordenamento territorial respeitando os aspectos de equidade do género e sustentabilidade, a actualização e revisão da Metodologia de RDUAT e DELCOM tem sido feita de forma sistemática tendo como base os subsídios e lições aprendidas de cada ciclo da actividade de DELCOM/RDUAT como forma de reter e considerar as melhores práticas e normas tendo presente a melhoria do trabalho dos provedores de serviço e assegurar uma maior qualidade dos produtos.

Ponto de situação da implementação das actividades do POG 2017.

A implementação das actividades e sub-actividades do programa GesTerra em 2017 observou as quatro principais áreas de intervenção e em conformidade com o estabelecido e aprovado no Plano Global de Operações do programa:

Resultado 1: Incremento da Capacidade Institucional.

1.1- Melhorar a qualidade de prestação de serviços

Esta actividade consiste de sete sub-actividades, nomeadamente:

1.1.1.- Capacitação de Técnicos da DINAT e SPGC em novas metodologias e tecnologias de Gestão e Administração de Terras:

A capacitação de um total de 33 técnicos da DINAT, SPGC e de outras entidades e serviços públicos que superintendem as actividades económicas em metodologias/procedimentos de fiscalização de terras. Esta capacitação visa essencialmente dotar os agentes de fiscalização de capacidade técnica e constituir o núcleo que irá posteriormente replicar as materias ao corpo

técnico que irá implementar a campanha de fiscalização de terras a decorrer nos próximos tempos à escala nacional.

Realizado ainda, 3 seminários regionais de capacitação e harmonização de procedimentos técnico-legais de fiscalização de terras, envolvendo cerca de 250 técnicos provenientes de várias instituições que superintendem as actividades económicas que figuram como as principais finalidades de uso da terra seleccionada para a presente campanha de fiscalização. Destes seminários foram colhidas as contribuições com vista a incrementar valor ao processo ora em construção, com destaque para a harmonização dos questionários de recolha de dados, procedimentos de enquadramento das infracções no quadro legal e implementação das medidas previstas, manual de procedimento de comunicação e recolha de dados, entre outros.

O seminário regional norte decorreu na cidade de Nampula nos dias 7 e 8 de Dezembro de 2017, envolvendo 85 técnicos provenientes das províncias de Cabo Delgado, Niassa, Zambézia e Nampula. O seminário regional centro decorreu na cidade da Beira nos dias 13 e 14 de Dezembro de 2017, envolvendo 65 técnicos provenientes das províncias de Tete, Manica e Sofala. O seminário regional sul decorreu no município da praia de Bilene nos dias 19 e 20 de Dezembro de 2017, envolvendo 87 técnicos provenientes das províncias de Inhambane, Gaza e Maputo.

Capacitados 3 juristas recém - contratados em matérias de interpretação do quadro legal do sector, para consubstanciar o processo de análise de projectos/pedidos de DUAt e emissão de pareceres jurídicos.

1.1.2- Formulação do Plano de desenvolvimento institucional e de Recursos Humanos.

Neste âmbito, foram identificadas as capacidades existentes e definidos alguns perfis prioritários tendo em consideração a proposta de Estratégia de Capacitação do Sector de Terras. Este exercício visa reforçar a capacidade institucional da DINAT e dos SPGCs, privilegiando as competências existentes e necessárias de forma a suprir as grandes lacunas no exercício das responsabilidades dos serviços de administração de terras, tendo fundamentalmente presente uma maior descentralização e desconcentração de responsabilidades e recursos ao nível local, reconhecendo a província e distrito como os centros de implementação das actividades.

Constitui elemento chave para garantir celeridade do processo a apreciação e aprovação do Decreto de Re-criação dos Serviços Provinciais de Geografia e Cadastro, pelo Governo, que se

espera que possa ter lugar no 1º Trimestre de 2018.

Decorrem ainda, acções, em coordenação com a Kadaster da Holanda, com o objectivo de formular a proposta do novo Programa de Apoio ao Sector de Terras, na qual projectam-se estas necessidades até 2025.

1.1.3- Participação de técnicos do sector de terras em cursos de curta duração, fora do país.

Neste quadro, a DINAT elegeu a frequência de cursos de inglês como uma forma de preparar os seus quadros para melhor tirarem partido das oportunidades de formação, visto que o domínio da língua inglesa constitui um imperativo incontornável.

Durante o período em alusão teve lugar a participação de 12 técnicos, dos quais 2 de género feminino, em curso intensivo de língua inglesa, na Internacional English College no período de 2 meses.

1.1.4- Auditoria Administrativa e Financeira.

Diferentemente do exercício de 2016, já foi contratado o Auditor para examinar as contas do exercício de 2017, que se prevê ocorra no 1º Trimestre de 2018.

1.2- Contrato de Assistência Técnica para a Gestão de Finanças Públicas

A DINAT procedeu em Maio do presente ano a contratação do especialista em administração e finanças. O mesmo já se encontra a exercer as novas funções tendo em conta os ToRs acordados que incluem entre outros: assistência na planificação e execução financeira do programa, gestão patrimonial e administrativa, bem como a capacitação do pessoal afecto a DINAT.

1.2.1- Assessorar a DINAT e SPGCs nos processos de planificação e monitoria

A DINAT conta com uma unidade vocacionada a planificação e monitoria de actividades do sector. No período em análise teve lugar a II reunião nacional de planificação onde participaram 35 técnicos oriundos de todas as províncias incluindo os da DINAT (2), onde foram aprimorados os princípios que norteiam a planificação, e harmonizados os procedimentos técnicos a se ter em conta no exercício de planificação e monitoria de actividades.

Ainda, tiveram lugar monitorias aos SPGC num total de 6 provincias, priorizando o guião de monitorias ou de recolha de dados em uso na DINAT e SPGC's.

Decorrente do trabalho desenvolvido ao nível da DINAT envolvendo os SPGC, o processo de planificação tem sido retro-alimentado pelos resultados das monitorias realizadas. Esta abordagem permite maior (re) enquadramento dos indicadores e/ou resultados em função das vicissitudes registadas no exercício das actividades.

1.2.2- Apoiar a DINAT na preparação de orçamentos

O processo de capacitação é contínuo e baseia-se na abordagem de aprender fazendo, no local de trabalho, com o apoio dos especialistas em procurement e em finanças. Esta capacitação envolve para além dos técnicos da área da administração e finanças, os da repartição de monitoria e avaliação.

1.2.3- Capacitação da DINAT visando no médio prazo assumir a gestão do programa.

A capacitação dos novos quadros da DINAT e a integração destes nos diferentes sectores de trabalho, constitui a base da estratégia de a médio prazo estes assumirem a gestão das actividades nucleares do sector.

Os serviços prestados pelos consultores residentes na DINAT com o envolvimento de técnicos constitui uma janela de capacitação no modelo aprendendo fazendo, o que confere a DINAT capacidade técnica e organizativa para responder cabalmente as suas atribuições.

Outrossim, o reforço da área jurídica (2 técnicos) contribuí para facilitar o processo de tramitação, com a responsabilidade de organização dos processos, protocolar os processos para efeitos de obtenção de pareceres de outros sectores económicos, e por fim, a elaboração de propostas para obtenção do despacho de DUAT.

Os novos técnicos de TI (4 técnicos) e sua responsabilização pelas diferentes componentes e funcionalidades do SiGIT trouxe maior disponibilidade e capacidade de resposta enquanto o acompanhamento diário das rotinas de operacionalização do SiGIT, igualmente estabelecendo responsabilidades segundo o perfil de cada um dos novos técnicos contratados. Ainda neste departamento, a existência de um técnico de comunicação permite a instituição ter recursos próprios para acautelar as acções previstas na estratégia e plano de comunicação do sector de terras.

1.3 -Assistência para a Gestão e Administração de Terras (Verde Azul, AT-GAT)

O contrato de Assistência Técnica em Gestão e Administração da Terra assinado entre a DINAT e a empresa Verde Azul Consult, Lda, continua a ser implementado e a beneficiar ao nível central e provincial.

1.3.1- Apoio ao Desenvolvimento Institucional.

Esta componente visa apoiar a DINAT na criação de capacidade de planificar e gerir as suas actividades.

No domínio do Desenvolvimento Institucional, a capacitação técnica figura como o mecanismo crucial para a transferência de capacidade ao pessoal quadro da DINAT.

Durante o período em análise, foi prestado contributo na realização de vários trabalhos, com destaque para a i) finalização do relatório de Balanço do Projecto Terra Segura (2015-2016); ii) colaboração na elaboração da proposta de plano suplementar do Gesterra para 2018; iii) participação nas reuniões de trabalho da Direcção com a empresa EXI para discussão de questões contratuais; iv) revisão de vários documentos da DINAT como Draft “Land 2025 - Implementation Mechanism for the Land Sector Strategic Plan” da Kadaster, e v) participação nas sessões de trabalho do Grupo de Doadores do Sector de Terras para discussão do estágio de progresso do plano de acção da proposta de estratégia de capacitação do sector de terras, vi) elaboração do Relatório Anual do Programa GesTerra 2016; vii) comentário ao layout da primeira edição do Boletim Informativo da DINAT, viii) preparação de informação necessária para compilação do Relatório Bianual 2015-16 do Sector de Terras, ix) organização e participação na XVIII Conferência de Terras e Pobreza do Banco Mundial, x) finalização da revisão da metodologia harmonizada RDUAT e DELCOM, xi) apoio na organização e preparação da documentação para a reunião técnica e nacional de terras, xii) apoio na preparação da documentação para sessões de trabalho do GRFCT, xiii) participação na elaboração dos TdR para lançamento do Terra Segura II, e xiv) participação nas sessões de trabalho entre FNDS/DINAT/Banco Mundial de formulação do projecto MOZLAND.

Importante também no âmbito da Estratégia de Capacitação do Sector de Terras, a oportunidade que a DINAT teve de participar na Missão do Governo dos Países Baixos, a convite da sua Embaixada em Maputo, que trabalhou nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, com o objectivo de identificar as acções futuras a constar no seu novo Plano Estratégico de Negócio, que

tem como áreas prioritárias a saúde, nutrição e segurança alimentar. Outro aspecto importante alinhado com a estratégia de capacitação do sector de terras é a descentralização, daí aquela embaixada querer assegurar que o seu próximo plano de trabalho apoie actividades ao nível de província e de distrito, sendo mais abrangente e participativo no que respeita a maior apropriação por parte dos governos locais e seus parceiros de cooperação.

1.3.2- Apoio à Administração de Terras.

Destaca-se:

- (i) Sistematização de informação semanal proveniente e resultado da actividade de registo e regularização de RDUAT, através da supervisão da edição da Tabela Semanal de RDUAT e Tabela Geral e respectivo controlo de qualidade;
- (ii) O mesmo formato foi adoptado na sistematização da informação referente à delimitação de terras das comunidades;
- (iii) Participação na preparação dos materiais de comunicação, divulgação e imagem alusivos a realização das reuniões técnica e nacional de terras;
- (iv) Finalização da revisão da metodologia harmonizada RDUAT e DELCOM;
- (v) Finalização da proposta de estrutura orgânica dos SPGCs, da sua fundamentação e proposta de decreto de sua re-criação;
- (vi) Assistência na preparação das apresentações para a reunião de terras e reunião nacional de terras, nomeadamente proposta de harmonização do numerador geral de terras ao nível dos SPGCs, e do guião de comunicação e preenchimento dos questionários produzidos no âmbito da actividade de fiscalização de terras, assim como no apoio na elaboração da metodologia de trabalho para a vistoria de planos de exploração de DUATs.
- (vii) Recolha e sistematização de informação referente ao licenciamento de Alvarás para o exercício da Actividade de Agrimensor Ajuramentado realizado para todos os SPGCs,
- (viii) Recolha e sistematização de informação referente às demarcações efectuadas por estes profissionais como provedores de serviço do sistema de administração de terras.

1.3.3- Apoio à Comunicação e Consciencialização Social.

A DINAT na sua organica conta com o Departamento de Sistemans de Informação que conta com uma Repartição de Comunicação, onde tem afecto um tecnico exercendo o papel de oficial de comunicação da Direcção. Por outro lado, os SPGC's contam com assistencia tecnica dos tecnicos do sitio, igualmente apoiados pelos peritos de administração de terras.

A participação destes, em trabalho de campo, mantém-se mais activa no domínio de consciencialização e mobilização das lideranças locais, fazendo passar as mensagens alusivas aos aspectos técnicos e legais do processo de registo e regularização, para além do apoio na prevenção de conflitos.

Destaque para a participação na preparação da campanha de fiscalização dos planos de exploração de DUATs ao nível dos distritos seleccionados para teste da metodologia e demais instrumentos de recolha de dados inerentes ao processo.

1.3.4- Apoio aos Serviços Técnicos de Cadastro

Realizada a recolha de dados para a correcção dos processos históricos de pedidos de DUATs, levantamento de coordenandas para posterior migração de dados, acção que ainda decorre no âmbito de migração de dados.

Em curso a harmonização dos numeradores, uma vez que cada SPGC tinha em uso um formato diferente muitas vezes difícil de proceder a harmonização de dados e sua sistematização para a respectiva análise de progresso e balanço. Nesta senda, foi introduzido o formato único para lançamento dos dados, com células de campos obrigatórios sem possibilidade de edição para evitar erros na digitação e no cálculo dos índices em referência.

Foi igualmente produzido um guião para conduzir o processo de comunicação dos titulares de DUAT e outro para orientar o preenchimento dos questionários aquando da fiscalização de terras.

Destaca-se ainda maior envolvimento deste na preparação, organização e participação nos Seminários Regionais de Capacitação e Harmonização dos Procedimentos Técnico-legais de Fiscalização de Terras, realizada em tres provincias do País envolvendo as 10 provincias.

1.3.5- Apoio à Operacionalização do SiGIT

O sector conta com um provedor de serviços (EXI) na operacionalização do SiGIT onde em coordenação com os técnicos de TI da DINAT e com os Técnicos de Sitio da AT/VA a nível dos SPGC, garantem o funcionamento do sistema. Por outro lado a EXI tem vindo a desenvolver versões que melhor respondem a demanda do sector.

No que se refere ao SiGIT, destacar a descontinuidade que se verificou durante o a primeira metade do ano de 2017 do contracto de prestação de serviços referente à assistência técnica directa ao SiGIT, que teve resolução favorável no segundo semestre do periodo em analise com a extensão do contrato de AT da EXI por mais um ano efectivo de Janeiro a Dezembro de 2018.

Outras actividades a referir, com caracter de continuidade, são: (i) apoio na elaboração da Tabela de Progresso Semanal de RDUAT e elaboração da Tabela Geral de Registos, (ii) registo e participação de ocorrências ao Help Desk da DINAT, (iii) apoio na migração dos processos nas províncias do centro e sul, (iv) apoio na introdução de novos processos de DUAT no SiGIT, e dos processos resultantes na emissão de Certidões de Comunidades, (v) apoio na tramitação processual, (vi) na correcção de dados no subsistema, (vii) na realização do backup e desligamento das máquinas semanalmente, (viii) no levantamento de número de agrimensores ajuramentados inscritos nos SPGCs e número de demarcações resultantes da sua actividade, ix) acompanhamento das auditorias ao SiGIT realizadas pelas equipas de nível central.

1.4 - Participação em eventos internacionais

1.4.1- Participação na Reunião do LGAF e Conferencia de Terras do Banco Mundial.

A participação da DINAT foi caracterizada pela finalização da discussão dos vários artigos inscritos na Conferência Anual de Terras e Pobreza do Banco Mundial, tanto em termos de produção de textos corridos como das apresentações finais, num total de quatro artigos que foram aceites pela organização da conferência.

A DINAT participou na apresentação em regime de co-autoria de quatro (4) trabalhos, nomeadamente:

- a. A Fit for Purpose Land Cadaster in Mozambique;
- b. Mozambique's Participatory Fit for Purpose Massive Land Registration;
- c. Community based crowdsourcing for a Sustainable Cadaster in Mozambique SiGIT as a Lever;
- d. Territorial Planning at Community Level.

Efectivamente no evento, a DINAT fez-se representar por 2 técnicos e as áreas temáticas chaves seleccionadas ajustam-se às principais realizações do nosso país no que respeita á administração e gestão de terras, considerando alguns dos principais desenvolvimentos; designadamente:

- i. Pesquisa sobre Governança de Terra e Avaliação Rigorosa dos Impactos.
- ii. Desafios de gestão de dados geo-espaciais, plataformas de computação em nuvem, e outras tecnologias.
- iii. Segurança de posse de direitos sobre a terra em termos de equidade, sustentabilidade e resiliência.

- iv. Desenvolvimento de infraestruturas, e como forma de redução de riscos de desastre naturais.

Importa destacar a prestação dos diferentes participantes de Moçambique que em muito contribuíram para o debate de metodologias, de uso das mais recentes tecnologias, do registo em escala de direitos de uso de terra com destaque para a protecção dos direitos da mulher, tendo criado um grande impacto ao nível das audiências.

1.4.2-Participação no Land Fórum (LANDAC) na Holanda.

Não se proporcionou a participação da DINAT neste Forum devido a sobreposição das agendas, com destaque para a realização nas mesmas datas da Reunião Técnica da DINAT e da Reunião Nacional Anual de Terras.

1.4.3- Participação em encontros anuais dos Grupos de Trabalho especializados do FIG

Actividade não realizada. A indefinição das datas de realização da IX Sessão do Forum de Consultas sobre Terras fez com que a DINAT não pudesse assumir qualquer compromisso.

1.4.4- Participação em capacitações sobre sistemas e tecnologia de informação

A DINAT através da AT para o SiGIT identificaram algumas acções de capacitação e formação dos técnicos com responsabilidades para a operacionalização do SiGIT, em matérias especializadas e sua certificação para poder melhorar a capacidade de operacionalização do SiGIT, p.e. ORACLE, LINUX, etc, como forma de criar uma maior autonomia e profissionalização do pessoal técnico afecto ao SiGIT.

Algumas destas formações serão realizadas fora do país, tendo desta forma, o sector privilegiado a capacitação dos técnicos na Língua Inglesa, habilitando-os a certificação internacional. Contudo foram igualmente identificadas capacitações ao nível local, tendo iniciado no último trimestre de 2017.

Resultado 2 : Optimização dos procedimentos de administração de terras.

2.1- Reforço da Capacidade de Normaçoão e Fiscalizaçoão de Terras.

2.1.1- Promover medidas pós fiscalizaçoão (redimensionamento, revogaçoão, emissão de títulos) em coordenaçoão com AQUA e outros intervenientes.

O processo de fiscalização de terras é da competência da DINAT em coordenação com os diferentes intervenientes no processo, entidades que superintendem actividades económicas. Num passado recente esta responsabilidade havia sido instituída no novo organismo criado pelo MITADER, a AQUA, contudo e reconhecendo que aquele organismo ainda não tinha a sua estrutura orgânica operacional ao nível da província, e por conseguinte a capacidade e habilidades técnicas para conduzir a actividade, o MITADER devolveu a DINAT tais atribuições.

Deste modo a DINAT, com o intuito de cobrir a maior freguesia de titulares de DUAT, está a promover acções conducentes a realização da Campanha Nacional de Fiscalização de Terras. Nestes termos, decorrem capacitações e seminários de harmonização de procedimentos técnicos e legais para dar suporte ao processo.

Como acções preparatórias, destacar a capacitação de 33 técnicos, abordando diferentes matérias relevantes para a campanha de fiscalização, tendo em conta a necessidade de harmonizar os procedimentos técnico-legais com os diferentes intervenientes no processo, testar a eficiência e/ou eficácia dos questionários e autos de notícia, e harmonizar os mecanismos de coordenação, para além da familiarização e domínio da metodologia do trabalho proposta, entre outros.

De referir que foram elaborados um total de sete (7) questionários específicos referentes as sete finalidades de uso e aproveitamento da terra seleccionadas como objecto da fiscalização (agrícola, pecuária, agro-pecuária, silvicultura, fazenda do brávio e turismo).

Os participantes, ainda tiveram a oportunidade de participar na componente prática do curso, envolvendo a realização de trabalho de campo em 4 diferentes distritos na província de Maputo, com a duração de uma semana.

Com vista a testar a eficácia/eficiência dos instrumentos e metodologia de intervenção, foram fiscalizados cerca de 70 processos para cerca de 223.170,13ha, tendo-se apurado os seguintes resultados: (i) 37% da área fiscalizada apresenta um aproveitamento integral, 29% aproveitamento parcial e (ii) 34% esta em condição de não aproveitamento.

Por outro lado, ao nível dos SPGC's foram fiscalizados processos de DUAT's cobrindo um total de 155 parcelas correspondentes a cerca de 245.011,44hectares. Do universo de parcelas fiscalizadas cerca de 34% destas encontram-se na condição de não aproveitadas numa área de 70.263,47 hectares, donde decorrem os trâmites legais para a reversão a favor do Estado.

Posteriormente foram realizados os seminários regionais de capacitação e harmonização de procedimentos de fiscalização de terras onde participaram técnicos e representantes do sector de terras, de nível central, provincial e distrital, assim como das entidades intervenientes na emissão dos pareceres dos pedidos de DUAT em função das finalidades a que se destinam, nomeadamente agricultura, pecuária, turismo, silvicultura, fazendas de brávio, obras públicas e habitação.

Neste momento decorre o processo de sistematização das diferentes contribuições e recomendações de cada um destes eventos de forma a preparar as versões mais finais e respectivos planos operacionais de cada uma das componentes de fiscalização, para serem presentes a discussão com os diferentes SPGCs, num encontro de coordenação a realizar-se em Maputo, tendo como principal objectivo a decisão quanto ao universo de processos a fiscalizar por cada província, e aferir as necessidades para sua efectivação considerando os planos operacionais em preparação.

Ao mesmo tempo está a decorrer outra actividade de preparação do aplicativo que possa de forma automatizada gerir a informação produzida pelos questionários a partir da análise da base de dados de fiscalização, tendo em conta o universo dos questionários que vierem a ser preenchidos durante o exercício.



Figura 1: Retiro de harmonização de procedimentos da fiscalização

2.1.2 – Capacitação de Técnicos da DINAT em Legislação sobre Terras

A capacitação no âmbito da preparação da fiscalização de terras, dentre várias matérias, maior enfoque foi para os procedimentos técnicos legais atinente a interpretação do quadro legal vigente.

Este exercício foi extensivo ao universo de participantes durante o retiro, cerca de 33 técnicos provenientes de várias instituições públicas, dos sectores que superintendem as actividades económicas que figuram das finalidades de uso e aproveitamento, incluindo aqueles que actuam na defesa da legalidade e proteção dos interesses do Estado.

Algumas das áreas temáticas a ter em conta no processo de verificação do grau de implementação da legislação sectorial consideram o grau de implementação do plano de exploração; pagamento de taxas anuais de DUAT; demarcação da parcela; respeito pelas servidões de passagem; e observância das zonas de domínio público.

Cada um destes temas é regido por um conjunto de normas e regras constantes do quadro legal que deverão ser devidamente interpretados e deduzidos as eventuais infracções e respectivas penalizações, o que justificou a necessidade de capacitação dos quadros e técnicos dos diferentes sectores de forma a dominar os conceitos, os conteúdos, e melhor harmonização e consenso na forma de interpretação e aplicação dos dispositivos legais.

Ainda no domínio da capacitação ressaltar o apoio através do GesTerra no treinamento de 3 juristas recém-admitidos em matérias de tramitação de pedidos de DUATs, na elaboração de pareceres e análise de planos de exploração submetidos juntamente com os pedidos de DUAT.

2.1.3 - Sensibilização comunitária e divulgação da legislação sobre terras e do processo de registo de terras.

A divulgação da legislação sobre terras e sensibilização da população para a observância do preceituado nesta legislação figuram como medidas primárias para evitar a ocorrências de disputas/conflitos de terras.

O processo de divulgação de legislação consistiu essencialmente em reuniões/seminários previamente programados nas localidades, e/ou durante as sessões de mediação de conflitos de terra e mesmo em actividades de reconhecimento de parcelas, consultas comunitárias e outras envolvendo para além dos membros das comunidades, líderes ou autoridades locais, membros do conselho consultivo Distrital.

Em 2017 tiveram lugar um total de **859** sessões de divulgação da legislação sobre terras envolvendo cerca de 22.812 participantes dos quais cerca de 46% são de género feminino.

Por outro lado, foi desenhada e implementado um plano temático a decorrer em programas radiofónico e televisivo sobre terra segura e outras matérias relevantes no processo de gestão da terra.

Em sede de preparação da IX sessão do FCT, foram definidos 17 temas no contexto de programas de debate Televisivo e Radiofónico que contaram com a participação de várias personalidades ligadas a organizações e/ou instituições que lidam com materia de administração da terra ou defesa dos direitos das comunidades.

Tabela 2: Sensibilização e divulgação da legislação sobre terras

Provincia	Numero de Palestras		Participantes					
	2016	2017	2016			2017		
			Nr de Mulheres	Nr de Homens	Total	Nr de Mulheres	Nr de Homens	Total
Maputo	0	5	0	0	0	262	376	638
Gaza	0	69	0	0	0	63	61	124
Inhambane	7		126	196	322	0	0	0
Sofala	63	40	1 954	2 943	4 897	1 226	2 342	3 568
Manica	121	162	469	622	1 091	556	818	1 374
Tete	381	146	916	1 312	2 228	454	737	1 191
Zambezia	33	21	647	467	1 114	8 607	5 156	13 763
Nampula	72	23	276	556	832	523	795	1 318
C. Delgado	0	0	0	0	0	0	0	0
Niassa	7	29	109	217	326	676	884	1 560
TOTAL	684	495	4 497	6 313	10 810	12 367	11 169	23 536

A participação do género feminino nas sessões de divulgação da legislação denota um crescimento (175%) em relação ao de igual período do ano anterior (4.497).

2.1.4 Revisão da Legislação sobre Terras

Efectivamente o processo de Revisão da Política Nacional de Terras e do Quadro Legal de Terras foi lançado por S.Excia o Presidente da República por ocasião do seu discurso inaugural da IX Sessão do Forum de Consultas sobre Terras que se realizou de 8 a 9 de Novembro, tendo como celebração os 20 Anos de implementação da Lei de Terras.

Foi com base nas recomendações do discurso do Chefe de Estado que o MITADER deu seguimento ao exercício, nomeadamente: a recomendação ao Governo para apresentar uma

proposta de revisão pontual da Lei de Terras com o fim de viabilizar a transmissibilidade do DUAT no contexto da figura da cessão de exploração; propor ao Conselho de Ministros a criação de um órgão multisectorial e representativo dos diferentes segmentos da sociedade responsável pela condução do processo de debate e aprofundamento da proposta da nova Política Nacional de Terras, com base na constatação que os principais problemas enfrentados na administração e gestão da terra e de outros recursos naturais tem a ver com a implementação da legislação existente e da articulação das várias instituições;

A nova Política deve tomar em conta os problemas e as soluções já avançadas nas diversas sessões do Fórum de Consulta sobre Terras e outros grupos de interesse, nomeadamente: (i) elaboração e implementação dos planos de ordenamento territorial a escalas adequadas e com obrigatoriedade da sua observância no processo de autorização de DUAT's; (ii) reforço dos mecanismos de capacitação e consultas comunitárias.

O sector levou para o Conselho Consultivo do MITADER uma reflexão sobre a revisão da Política Nacional de Terras, onde foi recomendado:

- a) Apresentar ao MITADER a proposta de criação de um Gabinete Técnico exclusivamente dedicado a preparação da abordagem sobre a revisão da Política de Terras;
- b) A abordagem de revisão da Política a ser proposta pelo Gabinete criado deve ter uma metodologia inclusiva, transversal, participativa e calendarizada, envolvendo todos os seguimentos da sociedade;
- c) De entre as novas acções de política a integrar na revisão deve-se incluir a abordagem das terras ociosas, conflitos e especulação de terras;
- d) Gabinete criado deve propor a criação da Comissão Interministerial de Terras, responsável pelo processo da revisão da política subordinada a presidência da República;
- e) Prever nas acções de seguimento uma sessão de retiro com membros do Conselho de Ministros e outros convidados, visando obter a orientação do Governo sobre a abordagem da revisão da Política;
- f) Manter o domínio interno do processo até ao seu lançamento formal em Outubro de 2017, no quadro da celebração dos vinte anos da Lei de Terras, preferencialmente pelo chefe do Estado.

2.2 - Criar condições para a aplicação de uma metodologia melhorada de regularização de terras por todos os funcionários e Provedores de Serviço.

2.2.1- Monitoria e supervisão das acções do registo de ocupações de terras.

No âmbito da implementação das actividades de registo e regularização sistemática das ocupações de terra em 2017, foram realizadas um total de 8 (oito) monitorias cobrindo um total de Província de Maputo, Gaza, Inhambane, Zambézia, Nampula e Cabo Delgado.

Tabela 3: Principais constatacoes de monitorias

Actividade	Província	Distrito	Âmbito	Principais Constatações
Monitoria e Supervisão das acções de registo de Ocupações de Terras	Gaza	Bilene	Implementação da Metodologia uniformizada de DelCom/RDUAT	A monitoria serviu para observar como estão a ser integradas as abordagens e ferramentas da metodologia DelCom+RDUAT, bem como tirar lições aprendidas e tentar perceber outros aspectos decorrentes do processo; nomeadamente: sensibilização, mensagens divulgadas, envolvimento dos CGRN, definição de blocos cadastrais, preparação social e zoneamentos.
	Zambézia	Mocuba	Acompanhamento das actividades no ambito de RDUAT	Encontros com os Governos da Província e Distrital; Levantamento de necessidades para a organização da cerimónia pública de entrega de títulos de DUAT; Constituição das equipas de trabalho; nomeadamente: sensibilização, protocolo, grupos culturais, bem como envolvimento dos líderes na preparação social populações.
		Namarroi	Acompanhamento das actividades no ambito de RDUAT	Fraca apropriação dos processos de: sensibilização, objectivos do projecto, ausência da definição de blocos cadastrais e de preparação social, bem como de zoneamento por parte da comunidade beneficiária.
		Alto Molócue	Acompanhamento das actividades no ambito de RDUAT	Encontros com o Governo Distrital; Apropriação do processo de sensibilização e RDUAT por parte das autoridades locais.
	Nampula	SPGC's	Apoiar os SPGC no processo de apropriação da metodologia uniformizada de DelCom/RDUAT	Assistência técnica sobre a metodologia DelCom+RDUAT aos técnicos dos SPGC's
	Cabo Delgado	SPGC's	Apoiar os SPGC no processo de apropriação da metodologia uniformizada de DelCom/RDUAT	Assistência técnica sobre a metodologia DelCom+RDUAT aos técnicos dos SPGC's

Na perspectiva duma auto-avaliação e re-organização metodológica do sector, a DINAT através de equipas técnicas de nível central em coordenação com SPGCs de 7 Províncias realizou visitas de monitoria com vista a aferir o grau de realização das actividades.

2.2.2- Regularização sistemática de terras (RDUAT)

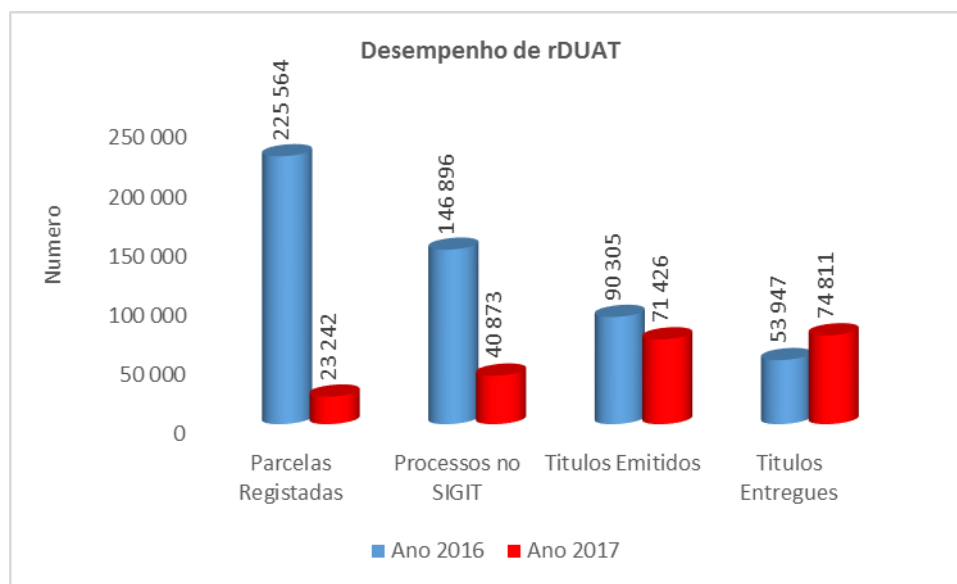
O processo de registo sistemático das ocupações de terra (Programa Terra Segura) é uma iniciativa do Governo de Moçambique que preconiza o registo de cinco (5) milhões de ocupações de terra adquiridos através de normas e práticas costumeiras e em regime de boa-fé.

Para o período em análise foram registados 23.242 parcelas de ocupantes de boa-fé ou por praticas costumeiras.

Província	Distrito	Parcelas Registadas	Proc. no SiGIT	Títulos Impressos	Títulos Entregues	Área (ha)
Maputo	Marracuene	0	7 026	8 858	0	5314.8
	Magude	102	4 517	6 536	12 956	7773.6
	Namaacha	2 948	4 182	2 298	1 998	1378.8
Sub-total		3 050	15 725	17 692	14 954	14 467
Gaza	Chibuto-ltc	0	0	8 224	12 987	7792.2
	Guija-ltc	1 105	1 099	1 099	1 099	659.4
	Bilene-ltc	1 186	1 144	1 144	1 144	686.4
	Manjacaze-Prosul	1 700	1 680	0	0	
	Manjacaze	0	0	18 073	4 550	2730
Sub-total		3 991	3 923	28 540	19 780	11 868
Inhambane	Inhassoro	0	0	1 755	1 519	1053
	Murrombene-Prosul	1 800	2 516	1 291	1 291	774.6
	Zavala-Prosul	1 600	1 578	1 578	1 578	946.8
	Inharrime-Prosul	3 174	3 112	0	0	
Sub-total		6 574	7 206	4 624	4 388	2 774
Zambézia	Mocuba		4 320	7 403	21 405	4441.8
	Mocuba-ltc	1 111	1 100	1 100		660
	Mocuba-CESON	167	164	164		98.4
	Mopeia	1 700	3 869	8 352	9 634	5780.4
	Gurue-ltc	1 846	1 390	1 390		834
	Alto Molócue- Sustenta	105	100	100		75
	Alto Molócue- AENA	1 034	1 000	1 000		750
Sub-total		5 963	11 943	19 509	31 039	12 640
Nampula	Malema-AENA	1 090	1 061	1 061	1 061	636.6
	Ribaue-AENA	1 021	1 015	2036	2 036	1221.6
	Malema-ltc	538			538	322.8
	Lalaua-ltc	1 015	1015	1015	1 015	609
Sub-total		3 664	2 076	1 061	4 650	2 790
TOTAL GERAL		23 242	40 873	71 426	74 811	44 539

Os registos alcançados no presente exercício em termo de parcelas registadas, processos inseridos no SiGIT e títulos emitidos, quando comparados com os do ano 2016, revelam um decréscimo na ordem de 90%, 72% e 21% respectivamente. Este registo deve-se ao facto do sector ter dedicado

mais tempo ao processo de harmonização da metodologia de RDUAT e DELCOM com vista a reduzir o tempo para o registo das parcelas.



Foram ainda delimitadas um total de 182 comunidades numa área de 1.430.605,62 hectares, das quais cerca de 36% do total de comunidades delimitadas receberam as respectivas certidões oficiais.

2.2.3- Realização de cerimónias de entrega simbólica de títulos de DUAT

Durante o período em referência, tiveram lugar 6 cerimónias públicas de entrega de títulos de DUAT's em 4 Províncias envolvendo um total de 7 distritos, onde resultaram na entrega de 36.046 títulos aos beneficiários. Conforme ilustra a figura abaixo:

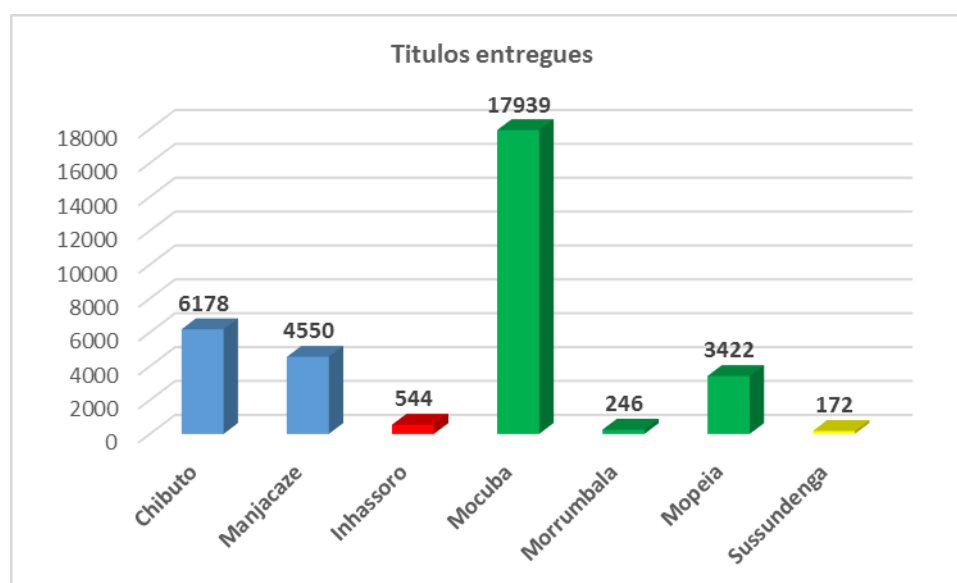


Gráfico 1: Títulos entregues por Distrito

Destaca-se a cerimónia de entrega de títulos realizada no distrito Mocuba que contou com a presença do Chefe de Estado, evento que culminou com a entrega de perto de 18.000 Títulos de DUAT.



Figura 2: Entrega de títulos em Mocuba

2.2.4 Aquisição do sinal de GPS

Adquirido o sinal de GPS e por conseguinte garantida a funcionalidade dos aparelhos de GP's alocados aos 10 SPGC's, assegurada a cobertura de trabalhos de campo e devida fiscalização dos provedores de serviço, assim como disponibilização do equipamento em caso de qualquer emergência ou avaria de equipamento envolvido no RDUAT e DELCOM.

3- Operacionalização do SiGIT

O Plano Operacional para 2017 do Programa GesTerra considera no *Resultado 3 - Operacionalização do SiGIT*, 16 sub-actividades inseridas em 3 grupos de actividades:

- 3.1 Desenho do Plano Director do SiGIT (5 subactividades / 2 concluídas)
- 3.2 Operacionalização do SiGIT na DINAT e SPGCs (9 subactividades / 4 concluídas)
- 3.3 Monitoria da operacionalização do SiGIT (2 subactividades / todas concluídas)

3.1 - Desenho do Plano Director do SiGIT

3.1.1- Implementação do Plano Director

O documento constitui uma referência em termos do SiGIT e tem sido utilizado e recomendado pela DINAT/MITADER em sede de novas iniciativas do governo no desenvolvimento da actividade de registo e regularização de DUAT's. Por exemplo, a recente iniciativa de apoio do Banco Mundial e que se encontra em fase de formulação de um projecto de apoio a estratégia de capacitação do sector de terras 2020-2025, denominado MozLand, recorre ao plano director do SiGIT para desenho das acções subsequentes de apoio ao desenvolvimento do sistema.

3.1.2- Plano Director apreciado pelo Colectivo de Direcção (CD)

Conforme planificado e enquanto se aguarda pelo envio dos subsídios referidos em 3.1.1, o Colectivo da DINAT teve a oportunidade de proceder à apreciação do Plano tendo constatado que se trata de uma versão de trabalho bastante completa, detalhada, e que responde à visão da DINAT na perspectiva de implementação da Estratégia de Capacitação do Sector de Terras, constituindo uma mais-valia a considerar como um dos Projectos a implementar no contexto da Proposta do Plano de Acção 2020-2025, em preparação pela KADASTER.

3.1.3- Apresentação do plano director ao Grupo de Reflexão do Fórum de Consulta sobre Terras (GRFCT)

Esta actividade aguarda por uma data melhor uma vez que as sucessivas tentativas para agendar em sede das reuniões do GRFCT resultaram num insucesso por sobreposição das agendas tendo em conta os temas urgentes para discussão no FCT. Está previsto que em breve, no contexto do Projecto Mozland, uma equipe de auditores independentes, contratados pelo Banco Mundial, efectue uma auditoria completa ao SiGIT da qual poderá resultar o seu redesenho bem como um novo Master Plan.

3.2 - Operacionalização do SiGIT na DINAT e SPGCs

Durante o período em referencia foram inseridos no SiGIT um total de 43.081 processos de DUAT, dos quais cerca de 40.873 processos referentes a RDUAT e 2.208 pedidos de DUAT.

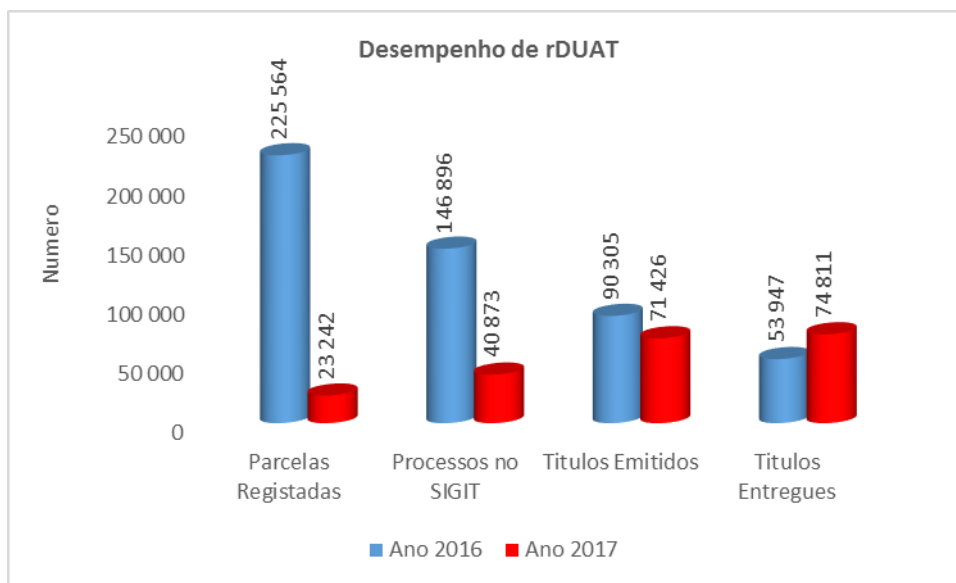


Gráfico 2: Resultados do processo de registo sistemático de ocupações

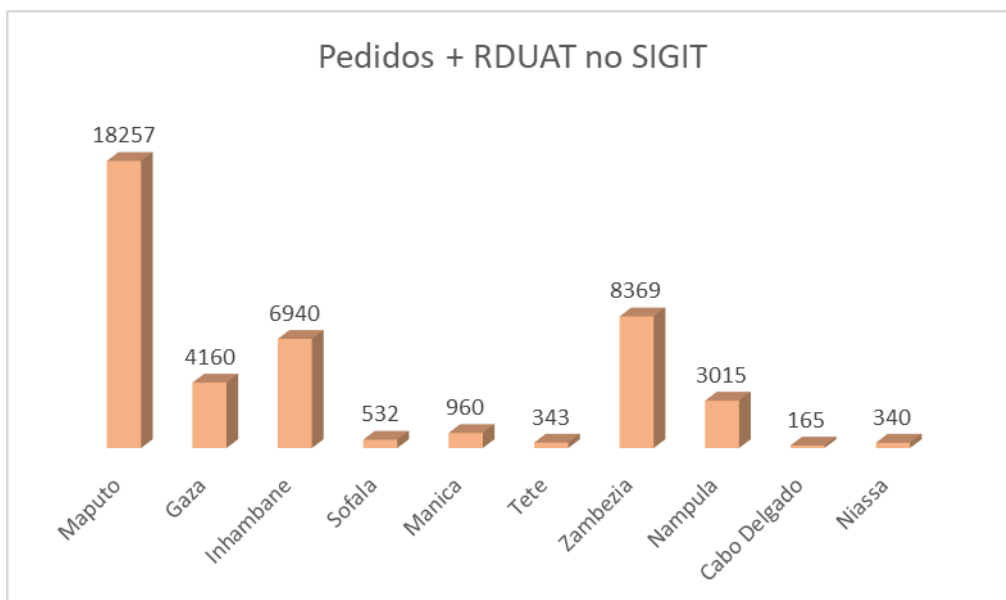


Gráfico 3: Total de registos no SIGIT (Pedidos + RDUAT)

O programa de registo sistemático de ocupações de terra adquiridas em regime de boa-fé e costumeiro, tem desenvolvido acções conducentes a promoção da equidade do género no registo das ocupações de terra, tendo alcançado os níveis de 36% e 13% para o género feminino e co-titularidade, respectivamente.

3.2.1-Operacionalização do Laboratório de Formação para gestores, administradores, operadores e técnicos de Terras

Em Dezembro foram preparadas condições para a prestação de serviços por parte da Esri Portugal para: 1. Aquisição e upgrade das licenças ArcGis Server já existentes; 2. Fornecimento de 15x Licenças ArcGIS Desktop Standard; 3. Formação intensiva ArcGis à medida (orientada SIGIT e Cartografia cadastral), com a duração de 10 dias consecutivos, para 15 pessoas no máximo.

Com o reinício da actividade da EXI, assistência técnica ao SiGIT espera-se que o processo a partir de 2018 seja concluído.

3.2.2-Migração de dados para o SiGIT (Zona Centro e Sul)

A migração de dados consiste na passagem de processos analógicos para a plataforma electrónica de registo de ocupações de terras. Esta actividade está em curso nas Províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Manica e Tete. Durante o ano de 2017 foram migrados para o SiGIT um total de 4.192 processos, mais de 100% comparativamente ao ano de 2016. Distribuindo o número de processos por cada um dos SPGCs onde decorre a actividade, foram migrados 257 em Maputo, 1.509 em Gaza, 1.673 em Inhambane, 280 em Sofala, 475 em Manica e Tete 1.

Dos 40.189 processos por migrar foram migrados desde Outubro de 2016 até Dezembro de 2017, um total de 13.794 (34%).

A migração de dados consiste na passagem de processos analógicos para a plataforma electrónica de registo de ocupações de terras. As Provincias de Manica e Inhambane, desctacam-se com os maiores indices 45% e 29%, respectivamente.

3.2.3-Levantamento de coordenadas geográficas para a correcção dos processos de DUATs para migração para o SiGIT

Em curso. Neste período foram seleccionados e verificados 445 processos, e agregado aos processos já verificados no princípio do Semestre totalizam 525 processos verificados. Algumas das constatações são apresentadas:

73 Processos Migrados com sucesso no gabinete;
276 Processos não localizados no Tombo Provincial;
41 Processos pertencentes a Cidade de Nampula (tem cadastro municipal)
9 Processos pertencentes a Vila de Monapo (tem cadastro municipal)
15 Processos cancelados e ou extintos.
96 Processos por corrigir com um trabalho de campo
25 Processos Pendentes (inseridos novamente no sistema e que constam no sub-sistema.

Outros, apesar de indicar a localização da parcela, continuam com a localização inválida no sistema). Os erros mais comuns por corrigir são: a falta de informação geográfica das parcelas, sobreposição entre parcelas e documentos dos titulares desactualizados.

3.2.4-Formação de operadores e gestores de aplicação de SiGIT

Capacitado um total de 17 técnicos e estagiários da DINAT em tramitação processual via SiGIT e migração de dados para o SiGIT, sendo 7 técnicos do Departamento de Georeferênciação e Titulação de Terras e 10 técnicos e estagiários do Departamento de Cadastro e Informação sobre Terras.

Foram ainda alocados 5 computadores (PCs) do Laboratório SiGIT aos novos técnicos do DGTT para migração de dados e outras actividades do Departamento.

Em Dezembro terminou, a formação SiGIT na Província de Sofala, ministrada pelos técnicos da DINAT, envolvendo 4 técnicos de cada um dos SPGCs de Sofala, Manica, Tete e Zambézia. Em Novembro, no âmbito do plano Gesterra e do DSI, a DINAT terminou a formação SiGIT de 12 técnicos da Zona Sul (4 de cada Província, Maputo, Gaza e Inhambane) utilizando para o efeito as facilidades do Laboratório SiGIT da DINAT. Nestas formações foram ministradas matérias sobre Operação, Administração e Service Desk.

3.2.5-Validação de dados dos processos acima de 1.000 Ha existentes no Tombo de Terra

Durante o período em análise foram validados um total de 570 processos contra os 100 planificados.

Este resultado é combinação de acções que incluem a requalificação dos processos analogicos através do scan dos mesmos, que esta sendo levado a cabo em parceria/colaboração da papersoft em regime de prestação de serviços.

3.2.6-Operacionalização do Website e GeoPortal da DINAT

Neste semestre foram elaborados os ToR tendo em consideração os trabalhos de operacionalização, nomeadamente melhoria de layouts, melhoria de conteúdos, tendo os mesmos sido submetidos para efeitos de contratação de serviços. Em Outubro foi recebida uma proposta, revista e melhorada, da Empresa Golo para a criação do Website.

Aliado a isto, foi adquirido o servidor onde será hospedado o site para acesso ao público.

3.2.7-Incremento da capacidade de processamento do SiGIT

Foram actualizadas as especificações técnicas e lançado o concurso para aquisição de equipamentos com vista ao incremento de unidades de processamento de SIGIT a nível descentralizado.

3.2.8-Revitalização (Upgrade) da infraestrutura do SiGIT (substituição dos servidores e UPS da rede informática)

Foram melhoradas algumas condições essenciais do Centro de Dados.

Neste âmbito foram adquiridos e instalados 2 Discos, 29 baterias para a UPS geral, 3 UPS, 2 Switchs e uma licença Antivírus para 260 utilizadores. Ao nível geral os concursos já foram lançados para aquisição de novos servidores tendo em vista a modernização dos 11 centros de dados do SiGIT (10 SPGCs + 1 DINAT). Aguarda-se a aprovação da avaliação do concurso e adjudicação para o fornecimento dos equipamentos no 1 Trimestre de 2018.

3.2.9-Implementar o SiGIT em 5 Distritos (Router, firewall, switch, scanner, printer, 3 ups, desktop, workstation)

Trata-se de levar o SiGIT a 5 Distritos do País (Marracuene, Chibuto, Jangamo, Caia e Mocuba), com vista a melhorar os actuais processos de trabalho dentro da mesma filosofia do funcionamento do SiGIT. Neste âmbito, foram efectuados testes de montagem e configuração de equipamento no Distrito de Marracuene com a intervenção da DINAT, INTIC e EBAU. Ainda tiveram lugar acções/ trabalhos técnicos nos restantes distritos para apurar as linhas bases que possam permitir o estabelecimento da infraestrutura electrónica, que passa por verificar a disponibilidade de linha de rede do Governo ao nível do distrito, junto dos serviços existentes.

Por outro lado, a DINAT promoveu um encontro com o eBAU para em conjunto explorarem as possibilidades existentes ao nível dos distritos para se implantar o SiGIT nos distritos onde o eBAU já está instalado.

O objectivo é aproveitar a mesma infraestrutura reduzindo-se os custos de implementação e manutenção.

3.3 – Monitoria da Operacionalização do SiGIT

3.3.1 Auditorias ao SiGIT nos SPGC

As auditorias planificadas para o ano em curso foram concluídas na íntegra, tendo sido mantida a linha de priorização de integração dos novos técnicos superiores de TI nas equipas para apropriação da aplicação SiGIT e respectivas infraestruturas.

No decurso desta actividade, foram identificados alguns constrangimentos, com destaque para oscilação de energia eléctrica, conectividade da rede de internet, indisponibilidade do sistema, avaria sucessiva dos equipamentos com deficiente manutenção, entre outros.

A tabela a seguir apresenta as constatações gerais, constrangimentos, propostas e acções de seguimento, a saber:

Constatações Gerais	Constrangimentos	Propostas/Acções de seguimento
As baterias das UP's (Centro de dados e dos desktop's) não conservam a carga	Os equipamentos informáticos em risco de sofrer danos, tanto na parte de software, como hardware e perda de dados.	Reposição de baterias na UPS do centro de dados e nas UPS's dos Desktops.
Falta de manutenção dos aparelhos de ar condicionado e dos equipamentos informáticos	Insuficiência de orçamento para o efeito.	Necessidade de planificação e orçamento pelos SPGC's
Insuficiência e deficiente colaboração dos técnicos (operadores e administradores do SiGIT), priorizando os trabalhos de campo	Cumprimento parcial dos objectivos (capacitação).	Necessidade de conciliar os planos de actividades da DINAT e dos SPGC's.
Existência de incidentes na situação de pendentes	Dificuldades na operacionalização normal do SiGIT. Dependência de intervenção	Melhorar a capacidade de intervenção interna.

	da EXI.	
Lentidão de internet da Govnet para actualização de software (Antivirus).	Máquinas vulneráveis a ataques com vírus, prejudicando o desempenho dos técnicos.	Contactar o INTIC para o aumento de banda.
Frequente oscilação de energia eléctrica	Maior probabilidade de danificação dos equipamentos e SiGIT não operacional (caso de Niassa).	Necessidade de reparação/reposição do AVR (TRIANA_Fornecedores).
Permanência do Centro de dados do SPGC de Gaza no antigo edifício do MASA	Deslocação permanente dos técnicos para o antigo edifício para a tramitação dos processos no Sistema.	Alocação de meios financeiros para transferência de toda infraestrutura do centro de dados para as novas instalações

3.3.2 Assistência Técnica da Exi, Lda ao SIGIT

Esta actividade registou um ligeiro atraso devido a questões de carácter tecnico-administrativo, relacionados com o contracto com a EXI.

Em Dezembro foram concluídas as negociações entre a Direcção da DINAT e a empresa EXI que iniciará a assistência técnica à DINAT em Janeiro de 2018.

Contudo, uma vez ultrapassadas, a equipa da EXI, em coordenação com a DINAT, está a desenvolver um plano de acção com vista a garantir maior cobertura na resolução dos problemas aliados ao SiGIT ao nível dos SPGC's.

Teve ainda lugar o processo de preparação do acordo de níveis de serviço (ANS/SLA) bem como a elaboração do documento de contracto a firmar com a Empresa EXI.

4: FCT como plataforma de agenda e monitoria de políticas sobre a terra.

4.1 - Apoio à implementação de metodologias melhoradas e de procedimentos de operacionalização para o funcionamento do Fórum de Consulta sobre Terras (FCT).

O Fórum de Consulta sobre Terras (FCT) constitui uma plataforma de debate inclusivo, que integra representantes das instituições do Estado, da sociedade civil, sector privado, comunidades locais e outras instituições que têm mandatos e interesses na gestão e administração de terras. Este órgão, visa alargar as oportunidades de diálogo entre os intervenientes na consolidação e aperfeiçoamento do quadro regulador da política e da legislação de terras.

4.1.1- Realização dos Seminários Regionais de preparação do IX Sessão do FCT.

Em 2016 foram realizados com sucesso os 3 seminários regionais programados para Gaza, Tete e Cabo Delgado. A informação produzida continua válida e tem sido matéria de análise e discussão ao nível dos grupos de trabalho que entretanto foram constituídos no âmbito da preparação dos Temas propostos para debate na IX Sessão do Fórum de Consultas sobre Terras a realizar no II Semestre de 2017.

4.1.2- Realização da IX Sessão do FCT

Por ocasião e sob o lema “20 Anos da Lei de Terra”, o Fórum de Consultas sobre Terras (FCT) reuniu-se na sua “IX Sessão Ordinária”, nos dias 08 e 09 de Novembro de 2017, nas instalações do MONTEBELO Hotel e Resorts, na Cidade de Maputo.

Esta sessão teve a particularidade de contar, pela primeira vez na história deste órgão desde que foi criado pelo Governo em 2010, com a presença do Chefe do Estado e do Governo moçambicano. Sua Excelencia, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República.

A IX Sessão do FCT foi presidida pelo MITADER, na qualidade do presidente do Fórum e contou com a participação de membros do Conselho de Ministros, Governos provinciais, Administradores distritais, Presidentes dos Municípios, parceiros de cooperação, membros do corpo diplomático, representantes da sociedade Civil, comunidades locais, sector privado e académicos, onde participaram cerca de 300 participantes.

Desta sessão foi emitida uma declaração, contendo as principais recomendações a considerar nos próximos tempos em matérias de gestão de terras, que segue em anexo.

4.2- Apoio ao desenvolvimento e implementação de uma agenda de consenso sobre as actividades do Grupo de Reflexão do FCT (GRFCT).

A DINAT enquanto Secretariado do FCT, em colaboração com os membros do GRFCT continuou a trabalhar na preparação da IX Sessão do FCT em toda a sua dimensão incluindo a agenda, a logística, e a documentação para o encontro.

4.2.1- Conclusão do Estudo do Quadro de Avaliação da Governação da Terra (LGAF)

O estudo foi apresentado para debate no Colectivo de Direcção da DINAT, o qual recomendou que fosse igualmente partilhado noutros eventos de maior cobertura, tendo por conseguinte no I Semestre de 2017 os resultados do Estudo do LGAF sido partilhados na I Reunião do GRFCT, no Consultivo do MITADER e foi igualmente apresentado na I Reunião Nacional de Terras. Dizer que muitas das constatações e recomendações do Estudo têm sido incorporadas em documentos estratégicos produzidos pela DINAT, com destaque para a Estratégia de Capacitação do Sector de Terras.

4.2.2- Realização de encontros do Grupo de Reflexão do FCT.

No período em análise, foram realizadas um total de seis sessões do GRFCT, tendo sido tratadas materias chaves para o alinhamento da agenda da IX Sessão do FCT que veio a decorrer me Novembro na cidade de Maputo.

As sessões de GRFCT contaram com a participação dos membros do grupo, que tiveram a oportunidade de propor e deliberar conteudos relevantes para serem presente no FCT.

4.3- Organização do repositório da documentação do FCT

4.3.1- Estabelecimento de um Centro de Recurso do sector de terras.

O Centro de Recursos está em funcionamento.

Para além de ter iniciado com a recolha e sistematização de documentação técnica e outra igualmente relevante no contexto do sector de terras, o centro promove regularmente seminários e debates extensivos a entidades colectivas e singulares interessadas nos temas seleccionados. Em 2017 foram realizados 2 seminários.

4.3.2- Elaboração, publicação e divulgação das Memórias do FCT

Actividade concluída.

5: Maior sinergia entre processos de administração e planeamento do uso da terra.

5.1- Harmonização dos PDUTs aos procedimentos de atribuição de DUATs e delimitação de Terras comunitárias.

Esta actividade é composta por tres subactividades.

5.1.1- Elaboração/Revisão de Planos de Ordenamento Territorial e Titulação de Terras em coordenação

O processo vem sendo implementado dentro do quadro das abordagens metodológicas desenvolvidas sendo cada vez mais uma realidade a necessidade de adopção de metodologias participativas. Uma vez que as províncias da Zambézia, Nampula e Cabo Delgado foram eleitas para a título experimental, implementar esta abordagem integrada e harmonizada, estão a decorrer desde Maio reuniões de trabalho envolvendo as várias equipas de especialistas, das diferentes instituições, nomeadamente DINOTER, DINAT e FNDS do MITADER, com vista a estabelecer princípios e critérios de selecção das áreas de trabalho e respectivos beneficiários. Porque se trata de uma actividade que envolve uma abordagem participativa, viu-se que a sua inclusão nas propostas de Piloto de DELCOM/RDUAT seria uma mais-valia. No I Trimestre de 2018 estão planificados 2 Pilotos, um na zona sul, e outros na zona centro/norte com o objectivo de harmonização de procedimentos de planeamento de uso de terra participativo a nível das comunidades.

5.1.2- Demarcação e produção de Planos de Pormenor

Esta actividade está a ser realizada em conjunto entre a DINAT, DINOTER e FNDS, em paralelo com 5.1.1. abrangendo as províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia.

5.1.3- Disseminação da metodologia harmonizada de RDUAT/DELCOM.

Trabalho em curso com destaque para a sua divulgação ao nível das províncias de Gaza e Inhambane onde foram realizados exercícios piloto de teste da metodologia de campo. Os resultados destes primeiros ensaios são encorajadores e correspondem às expectativas iniciais uma vez que concorrem para a redução de tempo de algumas fases cruciais na preparação do trabalho de campo e realização da actividade de diagnóstico, redução por conseguinte dos custos, para um cadastro mais sustentável, organizado e transparente e, como um dos maiores ganhos, a participação das lideranças e dos beneficiários directos. Espera-se que a implementação dos novos projectos da iTC possam em 2018 fazer uso em escala da metodologia, não sendo contudo de realçar a importância do treino e capacitação dos vários actores envolvidos na actividade,

correndo-se o risco de perder qualidade no trabalho se não acauteladas as normas e procedimentos básicos.

5.1.4- Monitoria das actividades de Delimitação de Terras

Esta actividade decorreu em simultâneo aquando da monitoria das actividades de RDUAT junto dos provedores de serviços, matéria tratada nos capítulos acima.

6 - Mulheres, Comunidades e Pessoas Vulneráveis com Direitos sobre a Terra.

6.1.- Adopção e disseminação do guião da estratégia de género na administração de terras.

Esta actividade consiste de duas sub-actividades, a saber:

6.1.1.- Revisão do guião da estratégia de género para administração de terras

Esta actividade tem sido de carácter permanente dada a responsabilidade da DINAT assegurar a participação do género na administração de terras, assim como da sua divulgação, e sempre que possível, a sua utilização pelos vários parceiros da DINAT. O documento foi partilhado ao nível das equipas de salvaguarda social e ambiental da representação do Banco Mundial em Moçambique, e do FNDS do MITADER no âmbito da preparação das actividades do SUSTENTA, componente de terras, agro-negócio e floresta. O mesmo procedimento foi seguido pela DINAT em parceria com as equipas de salvaguarda social e ambiental do Banco Mundial e FNDS no contexto da formulação de uma nova iniciativa de apoio a sector de terras, MozLand, financiado pelo Banco Mundial.

6.1.2- Assegurar a adopção e integração de aspectos de género nos formulários, processos de registo de terras e nos relatórios

Esta subactividade está em curso, tem sido preocupação da DINAT ao nível das suas equipas de trabalho aderir aos princípios recomendados pelo estudo, e como resultado, todas as actividades planificadas no domínio de tramitação e cadastro, como no caso da planificação das vistorias ao plano de exploração de DUATs, o género é referência como um dos critérios utilizados na selecção dos processos tramitados. O mesmo no que respeita ao balanço na constituição das equipas de trabalho de campo.

7- Monitoria, Avaliação e Reflexão sobre Questões de Terras.

7.1- Capacitação institucional em planificação da DINAT e SPGC

Esta actividade consiste de sete subactividades, nomeadamente:

7.1.1. Desenvolvimento de um plano anual integrado da DINAT.

Esta actividade teve continuidade ao longo de 2017, tendo evoluído consideravelmente para uma versão mais estratégica, de capacitação do sector de terras, tendo sido primeiramente submetida ao MITADER a qual, depois de considerar os subsídios recebidos, foi apresentada pelo MITADER ao grupo de parceiros de cooperação do sector de terras. Como resultado do debate foi compromisso de ambas as partes proceder a discussão em detalhe do documento de estratégia, tendo sido constituído um grupo de trabalho dos parceiros de cooperação, integrando representantes da DINAT, DINOTER e CENACARTA. Posteriormente o trabalho contou com a assistência técnica de consultores da KADASTER que, em conjunto com a DINAT, AT- GAT, e grupo de parceiros, foram sistematizando os principais pontos de desenvolvimento das 6 componentes elegíveis no plano de acção para capacitação do sector de terras, e implementação da estratégia. Entretanto a DINAT e a KADASTER já concordaram no documento de princípio que poderá facilitar a implementação da estratégia, traduzido num Plano de Acção para o Sector de Terras 2020-2025, pese embora não ser um documento definitivo tem orientado os parceiros e o governo na identificação e selecção das prioridades de investimento no sistema de administração e gestão de terras. Uma das iniciativas mais recentes prende-se com o processo de formulação da proposta do Projecto de Apoio ao Sector de Terras, MozLand, pelo Banco Mundial, adoptando como sua estratégia de capacitação e reforço os pilares eleitos pelo governo na sua estratégia de capacitação do sector de terras.

7.1.2- Elaboração do Guião/modelo de monitoria do plano integrado da DINAT

Este guião foi concebido pela equipa de assistência técnica para a planificação e gestão financeira e serve de base de trabalho das equipas de monitoria de DINAT. Tanto o Guião de Planificação, como a Matriz de Quadro Lógico são ferramentas que fazem parte da actividade de monitoria, e que são actualizados e ajustados às novas necessidades e considerados no Plano de Monitoria. Foi produzida uma versão actualizada do plano de monitoria reflectindo a nova estrutura orgânica da DINAT.

7.1.3- Monitoria da implementação das actividades da DINAT

Esta actividade estava planificada para o II Semestre e foi cumprida em 75% tendo sido realizadas monitorias a 7 SPGCs, e a alguns distritos seleccionados, tendo sido levantadas as constatações que se seguem:

Províncias	Principais Constatações
Gaza	Inexistência de um “diário de tramitação” sistematizado;
	Deficiente tramitação de pedidos via SiGIT;
	Inexistência de shapefile do registo das ocupações terra de boa-fé e/ou em regime costumeiro
	Inconsistência dos dados do numerador geral com o shapefiles das parcelas demarcadas;
	Não preenchimento do livro de registo de fiscalização de terras;
	Desanexação física de parcelas que não é acompanhada pela devida actualização/registo em tempo útil.
Inhambane	Erros de georreferenciação no âmbito de levantamento de parcelas;
	Sobreposição de parcelas de RDUAT e detentores de DUAT Vs zonas de protecção;
	Baixo índice de delimitação de parcelas comunitárias, por falta de fundos e/ou de parceiros de cooperação;
	Dificuldade de identificação e levantamento de áreas livres para investimentos a partir dos mapas e base de dados disponíveis.
Cabo Delgado	Deficiente tramitação processual através do SiGIT devido a limitações do Sistema;
	Deficiente migração de processos no sistema por lacunas na parte geográfica e falta de fundos;
	O Atlas Cadastral e o Numerador Geral obsoleto devido mau estado de conservação;
Manica	Inconsistencia de informação de titulares no livro de registo e numerador digital;
	Problemas do retorno do valor das taxas consignadas;
	Problemas de migração de dados para o SiGIT;
	Limites administrativos desactualizados com surgimento de novos distritos e sem harmonização no SiGIT.
Zambézia	Falta de um plano de formação/capacitação para maior profissionalização do quadro técnico de pessoal;
	Limitações do SIGIT no que respeita a disponibilidade de alguns campos que permitam aceder a relatórios mais completos;
	Falta de coordenadas para a formação dos polígonos das parcelas nos processos antigos.

7.1.4- Realização de Reuniões de Coordenação Alargada aos SPGC

Esta actividade foi realizada aquando da reunião técnica do sector de terras que envolveu todos os chefes dos SPGC e alguns quadros afectos nos serviços provinciais e/ou distritais.

Na sua preparação estiveram envolvidos os vários serviços sendo convidados os chefes de serviço, técnicos de SPGCs e técnicos dos SDPIs/SDAEs onde se justificar. A reunião foi realizada na Beira nos dias 4 e 5 de Julho de 2017, envolvendo cerca de 80 participantes.

7.1.5. - Reuniões do Comité de Acompanhamento do Programa (CAP)

Foi realizada duas sessões do Comité de Acompanhamento do Programa onde foram analisados o plano operacional e seu respectivo orçamento e avaliação do relatórios do progresso.

7.1.6.-Realização da I Reunião Nacional de Terras.

A reunião nacional de terras teve lugar nos dias 6 e 7 de Julho de 2017, na cidade da Beira, visava avaliar o desempenho do sector tendo em conta a visão do Governo no domínio de administração e gestão da terra, materializada através da implementação do Programa Terra Segura.

Reunião nacional, envolvidos 107 quadros/técnicos dos níveis central e provincial do MITADER, representantes dos Recursos minerais, Finanças, Obras Publicas, Cultura e Turismo, Justiça, Membros do Governo Provincial e Distrital, Municípios, instituições de ensino e investigação, parceiros de cooperação e sociedade civil, Sector privado e líderes comunitários.



7.2- Operacionalização da Repartição de Comunicação

Esta sub-actividade consiste de três sub-actividades:

7.2.1 - Produção do material de divulgação das actividades do sector de terras

A divulgação da legislação sobre terras e sensibilização da população para a observância do preceituado nesta legislação figuram como medidas primárias para evitar a ocorrência de disputas/conflitos de terras.

Foi de destaque o engajamento do sector na preparação dos diferentes instrumentos de divulgação, sensibilização e orientação no contexto da preparação do processo de fiscalização de terras. Para além destes documentos técnicos foram igualmente preparados anúncios públicos ao nível dos diferentes meios públicos de comunicação.

O processo de divulgação de legislação consistiu essencialmente em reuniões/seminários previamente programados nas localidades, e/ou durante as sessões de mediação de conflitos de terra e mesmo em actividades de reconhecimento de parcelas, consultas comunitárias e outras envolvendo para além dos membros das comunidades líderes ou autoridades locais, membros do conselho consultivo Distrital.

Durante o período em referência tiveram lugar 495 sessões de divulgação da Legislação sobre Terras. Referir que muito do trabalho realizado esteve associado às campanhas de consciencialização, mobilização e divulgação da importância do DUAT em preparação das cerimónias de entrega de Títulos de DUATs.

7.2.2- Informação e consciencialização dos detentores de DUAT sobre os seus deveres as obrigações fiscais, através da realização de campanhas, divulgação de *spots* na rádio, jornal e televisão.

O sector para além da emissão das notificações dirigidas aos titulares de DUAT versando da necessidade da observância do cumprimento das suas obrigações relativas a autorização de DUAT, emvidou esforço no sentido de garantir a publicação de anúncios no jornal de maior circulação nacional associados a programas radiofónicos e televisivos com enfoque para despertar ao titular da necessidade acima referida.

Neste âmbito, foi publicado no jornal um anúncio/aviso numa frequência diária durante uma semana (7 dias), 24 inserções televisivas com duração total de 1320 segundos (22 minutos) e por fim, ainda destaca-se as 20 inserções radiofónicas num total de 3600 segundos equivalentes a 60 minutos.

7.3 - Monitorar o desempenho Global da Administração de Terras

Actividade em curso.

7.3.1 Assegurar a adopção e disseminação das recomendações da Revisão do Meio-Termo do Programa

As recomendações e acções de seguimento que constam do Relatório de Avaliação de Meio-termo do Programa GesTerra constituem a base do plano de actividades uma vez que são princípios transversais a todas as acções e tarefas inscritas no PGO. Através da finalização da revisão e actualização da metodologia de delimitação de comunidades e registo e regularização de ocupações de terras de ocupantes de boa-fé e através de práticas e normas costumeiras, conseguiu-se no trabalho de campo uma maior aproximação dos principais actores no processo, com destaque para uma maior participação dos beneficiários directos em todas as fases do exercício, resultando numa maior transparência, numa maior apropriação, e por conseguinte, uma redução significativa de potenciais disputas de terras, quer por invasão de terras quer por sobreposição de limites.

No domínio do FCT, a descentralização e socialização de temas de debate propostos para a Sessão do FCT a partir quer dos Seminários Regionais, quer através da constituição de Grupos de Trabalho fora quer da DINAT quer do GRFCT, mostra a adopção de tão importante recomendação do Relatório de Meio-termo com vista a tornar o processo mais participativo e representativo por parte de outros parceiros, com destaque para a liderança e participação da sociedade civil.

A procura de condições para descentralização do SiGIT para os distritos é sem dúvida um desafio e compromisso neste momento como forma de levar a administração de terras aos níveis locais onde são implementadas as actividades. A parceria com outras entidades públicas é um dos meios para a curto prazo estabelecer a capacidade desejada e que sirva de piloto antes de alargar a experiência para os outros distritos planificados.

Por outro lado o SiGIT constitui a ferramenta que irá contribuir para a modernização do sistema de administração de terras e para um cadastro mais sustentável através da automatização do processo de tramitação de DUATs, de acordo com a legislação de terras, pelo que a sua apropriação e, maior responsabilização dos SPGCs é uma prioridade ao nível da DINAT.

A auditoria social e do género, assim como dos resultados do estudo do LGAF constituem instrumentos de referência neste momento de qualquer trabalho ao nível do sistema de administração de terras, como salvaguarda de princípios que devem ser a linha de base de diferentes intervenções no sector de terras, como por exemplo, na preparação das intervenções de campo dos projectos financiados pelo Banco Mundial no MITADER e sob tutela do SUSTENTA. A capacitação dos SPGCs e dos SDPIs/SDAEs reflectem igualmente esta prioridade ao nível do sector de terras como garante de uma descentralização e desconcentração de responsabilidades e maior responsabilização local.

8: Sustentabilidade do Sistema de Administração de Terras

8.1 Implementação das recomendações do Estudo sobre os mecanismos de colecta de taxas

O estudo enquadra-se no âmbito da formulação do projecto de Promoção de Cadeias de Valor e de Gestão Integrada de Recursos Naturais a ser implementado em 10 distritos (Mocuba, Ile, Gilé, Alto Molócue e Gurue, Rapale, Mecuburi, Lalaua, Ribaue e Malema) de duas províncias do centro e norte do país (Zambézia e Nampula). Para 2017, foi identificadas as seguintes subactividades:

8.1.1 Acompanhar a realização do estudo sobre os mecanismos para a melhoria do sistema de cobrança de taxas de DUAT

De forma a poder assegurar a implementação das recomendações no quadro das intervenções do SUSTENTA, entre a equipa do Banco Mundial, do FNDS e da DINAT, mantém-se o diálogo e discussão do melhor formato para a adopção das medidas a curto prazo que concorram para a melhoria de cobrança de taxas. Igualmente a actividade inscrita inicialmente no contexto da fiscalização e vistoria dos planos de exploração de DUATs a realizar entre Abril e Julho de 2018, irá contribuir para melhor sistematização das práticas através da definição dos critérios de selecção dos processos a fiscalizar.

8.1.2 Disseminar as recomendações do estudo sobre a melhoria de cobrança de taxas de DUAT

Com base na recomendação de maior divulgação dos resultados do estudo sobre a cobrança de taxas, o tema foi apresentado na I Reunião Nacional de Terras a ter lugar em Julho na cidade da Beira.

ANEXO

1. Declaração da IX Sessão do FCT